

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA

Relatório da Auditoria
Demonstrações contábeis
do exercício findo em
31 de dezembro de 2020

CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE

Março/2020

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução -----	02
II. Relatório dos Auditores Independentes -----	03 a 05
III. Balanço Patrimonial -----	06
Ativo-----	06
Passivo -----	07
IV. Demonstrações do Resultado -----	08
V. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido -----	09 e 10
VI. Demonstrações do Fluxo de Caixa-----	11
VII. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis -----	12 a 27

São Paulo, 22 de março de 2020.

À

Diretoria Executiva da:

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA**

Ref.: Auditoria das demonstrações contábeis em 31/12/2020.

Estivemos nas dependências da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de São João da Boa Vista - Credivista, realizando trabalhos de auditoria das suas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Encerrados nossos trabalhos emitimos este relatório, contendo:

Parecer dos Auditores Independentes;
Balanço Patrimonial;
Demonstrações do Resultado;
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstrações do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria Executiva e Cooperados da

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2021.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE
CRC 2SP 023880/O-7



MARCELINO VASCONCELOS BARROSO
CRC 1SP205606/O-9

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA.

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em reais)

ATIVO	Notas	31-Dez-20	31-Dez-19
Circulante		28.161.479	21.150.850
Caixa e Equivalente de Caixa		863.600	990.856
Disponibilidades	4	863.600	990.856
Instrumentos Financeiros		15.992.354	8.896.756
Títulos e valores mobiliários	5	15.992.354	8.896.756
Operações de crédito		10.590.611	10.478.439
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6	10.697.587	10.584.282
(-) Provisões Para Operações De Crédito		(106.976)	(105.843)
Outros Créditos		689.282	777.446
Outros Créditos	7	689.282	777.446
Outros Valores e Bens		25.634	7.353
Outros valores e bens	8	25.634	7.353
Não Circulante		30.054.103	31.521.931
Realizável a Longo Prazo		30.054.103	31.521.931
Operações de crédito		30.054.103	31.521.931
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	6	30.579.545	32.142.313
(-) Provisões Para Operações De Crédito		(525.443)	(620.383)
Permanente		622.785	630.871
Investimentos		12.638	11.639
Investimentos	9	12.638	11.639
Imobilizações de uso		531.146	587.632
Imobilizações de uso	10	1.099.911	1.087.864
(-) Depreciação Acumulada imobilizado de uso		(568.765)	(500.232)
Intangível		79.000	31.600
Intangível	11	94.800	101.600
(-) Amortização Acumulada Intangíveis		(15.800)	(70.000)
Total do ativo		58.838.367	53.303.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31-Dez-20	31-Dez-19
Circulante		7.358.886	6.459.711
Depósitos	12	5.704.716	4.919.092
Depósitos à vista		4.891.014	3.780.318
Depósitos sob aviso		813.702	1.138.774
Relações interdependências		29.517	166.988
Relações interdependências	13	29.517	166.988
Outras Obrigações		1.624.653	1.373.631
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14	-	1.725
Obrigações sociais e estatutárias	15	1.233.463	1.080.814
Obrigações fiscais e previdenciárias	16	110.567	72.297
Obrigações diversas	17	280.622	218.794
Não Circulante		29.788.365	26.147.926
Exigível a Longo Prazo		29.788.365	26.147.926
Depósitos		29.748.564	26.089.492
Depósitos a prazo	12	29.748.564	26.089.492
Outras Obrigações		39.801	58.434
Obrigações diversas	17	39.801	58.434
Patrimônio líquido		21.691.116	20.696.016
Capital Social		15.593.587	14.834.529
De Domiciliados no País	19.a	15.593.587	14.834.529
Reserva de Reavaliação		42.712	44.207
Reserva de Reavaliação	19.b	42.712	44.207
Reservas de Lucro		5.364.265	4.753.876
Reserva Legal	19.c	2.680.331	2.143.235
Outras Reservas e Fundos	19.d	2.053.934	1.980.641
Reservas de Contingentes	19.e	630.000	630.000
Sobras (perdas) acumuladas		690.552	1.063.403
Sobras (perdas) acumuladas	19.f	690.552	1.063.403
Total do passivo e do patrimônio líquido		58.838.367	53.303.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em reais)

Descrição	Notas	2º Semestre	31-Dez-20	2º Semestre	31-Dez-19
Ingressos/Receitas da Intermediação Financeira		3.219.504	6.607.794	3.482.439	6.646.807
Operações de crédito	21	3.057.055	6.236.192	3.191.690	5.947.041
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		162.449	371.602	290.748	699.766
Dispêndios/Despesas da Intermediação Financeira		(295.587)	(828.956)	(823.816)	(1.956.865)
Operações de captação no mercado	12.b	(290.993)	(758.596)	(696.639)	(1.495.679)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.594)	(70.360)	(127.177)	(461.185)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.923.917	5.778.838	2.658.623	4.689.943
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.130.022)	(4.222.637)	(1.582.338)	(3.143.392)
Ingressos e receitas de prestação de serviços		66.945	119.834	97.150	156.738
Dispêndios e despesas de pessoal	22	(1.047.898)	(2.115.889)	(1.039.007)	(1.966.876)
Outros dispêndios e despesas administrativas	23	(1.051.281)	(2.195.251)	(757.471)	(1.406.020)
Dispêndios e despesas tributárias		(12.209)	(15.952)	(12.083)	(17.484)
Outros ingressos e rendas operacionais	24	19.104	154.426	234.018	297.486
Outros dispêndios e despesas operacionais	25	(104.682)	(169.804)	(104.944)	(207.236)
Resultado Operacional		793.895	1.556.201	1.076.285	1.546.551
Resultado Não Operacional	26	339	5.838	31.893	31.893
Receitas Não Operacionais		339	19.509	36.265	36.265
Despesas Não Operacionais		-	(13.670)	(4.372)	(4.372)
Resultado Antes da Tributação e Participações		794.234	1.562.040	1.108.177	1.578.444
Imposto de renda e contribuição social		(987)	(2.094)	(4.002)	(13.163)
Resultado Antes dos Juros ao Capital e das Destinações Estatutárias		793.247	1.559.946	1.104.175	1.565.281
Resultado Antes das Destinações Estatutárias		793.247	1.559.946	1.104.175	1.565.281
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício/Semestre		793.247	1.559.946	1.104.175	1.565.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)**

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reserva de Reavaliação	Reserva de Contingência	Reserva Legal	Fundo Assistência a Saúde	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Destinação conforme deliberação em A.G.O.		1.063.403	-	-	-	-	(1.063.403)	-
Utilização de Reserva		-	(1.494)	-	-	(3.436)	-	(4.930)
Integralização/subscrição de capital		102.756	-	-	-	-	-	102.756
(-) Devolução de capital		(407.102)	-	-	-	-	-	(407.102)
Incremento de reservas		-	-	-	537.096	76.728	(613.824)	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	-	1.561.440	1.561.440
F.A.T.E.S. Resultado Ato com associado		-	-	-	-	-	(230.184)	(230.184)
F.A.T.E.S. Resultado Ato com não associado		-	-	-	-	-	(26.881)	(26.881)
Saldos em 31/12/2020		15.593.587	42.712	630.000	2.680.331	2.053.934	690.552	21.691.116
Saldos em 30/06/2020		14.842.580	43.464	630.000	2.143.235	1.978.157	1.830.845	21.468.281
Destinação conforme deliberação em A.G.O.		1.063.403	-	-	-	-	(1.063.403)	-
Utilização de Reserva		-	(751)	-	-	(952)	-	(1.703)
Integralização/subscrição de capital		56.189	-	-	-	-	-	56.189
(-) Devolução de capital		(368.585)	-	-	-	-	-	(368.585)
Incremento de reservas		-	-	-	537.096	76.728	(613.824)	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	-	793.998	793.998
F.A.T.E.S. - Resultado Ato com associado		-	-	-	-	-	(26.881)	(26.881)
F.A.T.E.S. - Resultado Ato com não associado		-	-	-	-	-	(230.184)	(230.184)
Saldos em 31/12/2020		15.593.587	42.712	630.000	2.680.331	2.053.934	690.552	21.691.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)**

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reserva de Reavaliação	Reserva de Contingência	Reserva Legal	Fundo Assistência a Saúde	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2018		13.100.651	45.697	630.000	1.991.320	1.834.718	1.915.123	19.517.510
Destinação Deliberação em A.G.O.		1.915.123	-	-	-	-	(1.915.123)	-
Utilização de Reserva		-	(1.490)	-	-	(5.992)	-	(7.482)
Integralização/subscrição de capital		197.553	-	-	-	-	-	197.553
(-) Devolução de capital		(378.798)	-	-	-	-	-	(378.798)
Incremento de reservas		-	-	-	151.915	151.915	(303.829)	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	-	1.566.771	1.566.771
F.A.T.E.S. Resultado Ato com associado		-	-	-	-	-	(151.915)	(151.915)
F.A.T.E.S. Resultado Ato com não associado		-	-	-	-	-	(47.624)	(47.624)
Saldos em 31/12/2019		14.834.529	44.207	630.000	2.143.235	1.980.641	1.063.403	20.696.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – CREDIVISTA (Em reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de Caixa Consolidado - Em Reais

	31-Dez-20	31-Dez-19
Atividades Operacionais:		
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.562.039,77	1.578.443,72
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	21.133,17	(98.524,25)
Provisão para operações de crédito	(93.806,60)	107.581,05
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.093,80)	(13.162,72)
Constituição do FATES	(257.064,61)	(199.539,01)
	(331.831,84)	(203.644,93)
Variação nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	1.449.463,53	(7.398.658,71)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	88.164,63	(206.168,02)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	(18.280,92)	10.411,51
Aumento (Redução) em Relações interdependências	(137.470,36)	(164.969,28)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	232.389,70	(152.145,38)
	1.614.266,58	(7.911.529,88)
Caixa gerado nas operações	2.844.474,51	(6.536.731,09)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aportes e Baixas de capital em investimento	(999,53)	(696,96)
Aquisições e Baixas de Imobilizado e Intangível	(12.047,19)	101.322,79
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.046,72)	100.625,83
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (Redução) em Depósitos	4.444.694,65	862.061,13
Aumento de Capital	102.756,27	197.553,40
Baixa de Capital	(407.101,62)	(378.797,76)
Utilização do Fundo de Reserva Auxílio Saúde	(3.435,75)	(5.991,56)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.136.913,55	674.825,21
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	6.968.341,34	(5.761.280,05)
Caixa e Equivalente Caixa no início do período	9.887.611,87	15.648.891,92
Caixa e Equivalente Caixa no fim do período	16.855.953,21	9.887.611,87
Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	6.968.341,34	(5.761.280,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - CREDIVISTA é uma Sociedade Cooperativa constituída de acordo com a Resolução do Banco Central do Brasil – BACEN, que visa promover assistência financeira aos seus cooperados em suas atividades específicas, com a finalidade de minimizar os problemas econômicos e financeiros dos seus participantes. Sediada em São João da Boa Vista, sua área de atuação abrange o município sede.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 21/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado.

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao cooperado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito.

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito.

Constituída em montante julgado suficiente pela Diretoria Executiva para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos.

Representados por quotas de capital na FNCC - FEDERACAO NACIONAL COOPERATIVAS DE CRÉDITO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado.

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível.

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses.

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim

como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos.

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões.

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes.

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais.

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante.

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidade em moeda nacional	863.600	990.856
Títulos e valores mobiliários	15.992.354	8.896.756
Total de caixa e equivalente a caixa	16.855.953	9.887.612

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de Investimento BB CP Empresa Ágil	2.653.709	2.595.554
Fundos de Investimento BB CP CORPOR Ágil	13.338.645	6.301.201
Total	15.992.354	8.896.756

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheque Especial	1.585.083	-	1.666.753	-
Empréstimo Crédito Pessoal	3.270.149	7.329.422	5.110.955	12.925.576
Empréstimo Consignado	5.842.355	23.250.123	3.806.574	19.216.738
(-) Provisão para operações de crédito	(106.976)	(525.443)	(105.843)	(620.383)
Total	10.590.611	30.054.103	10.478.439	31.521.931

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Risco	Provisão %	31/12/2020		31/12/2019	
		Vencidas	Vincendas	Vencidas	Vincendas
A	0,5%	1.434	30.644.405	8.842	20.518.084
B	1%	441	6.188.798	10.939	13.245.753
C	3%	285	3.649.500	33.676	8.327.420
D	10%	203	194.270	-	13.347
E	30%	-	445.375	500	-
F	50%	1.212	-	103	-
G	70%	-	-	-	-
H	100%	63.157	154.784	28.191	-
Total		66.732	41.277.132	82.251	42.104.604

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Modalidade:	Até 90 dias	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Cheque especial	1.585.082,54	-	-	1.585.082,54
Crédito Pessoal	1.193.105,95	2.077.043,54	7.329.422,46	10.599.571,95
Consignado	1.661.059,99	4.181.294,58	23.250.123,02	29.092.477,59
Total	4.439.248,48	6.258.338,12	30.579.545,48	41.277.132,08

* Não contempla provisão para operações de crédito.

d) Composição por tipo de operação e classificação nos níveis de risco em 31/12/2020:

Nível de Risco	Cheque Especial e Conta Garantida	Empréstimos e Títulos Descontados	Totais
A	1.091.326	29.553.079	30.644.405
B	247.274	5.941.525	6.188.798
C	197.031	3.452.469	3.649.500
D	19.901	174.368	194.270
E	24.614	420.761	445.375
H	4.937	149.847	154.784
	1.585.083	39.692.050	41.277.132

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(680.685)	(726.225)	(618.644)
Constituição da provisão	52.236	94.940	(158.666)
Reversão da provisão	(3.970)	(1.133)	51.085
Saldo final	(632.419)	(632.419)	(726.225)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% do Total	Valor	% do Total
Maior devedor	212.016	0,51%	206.635	0,48%
10 maiores devedores	1.568.056	3,80%	1.570.631	3,68%
20 maiores devedores	2.754.635	6,67%	2.737.631	6,41%
40 maiores devedores	4.726.675	11,45%	4.722.374	11,05%

7. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento p/ Compra de Imobilizado	880	-
Depósito Judicial em Garantia (a)	39.801	71.310
Empréstimos em Atraso	66.732	123.888
(-) Provisão p/ Outros Créditos	(63.803)	(107.816)
Devedores Diversos – País (b)	645.672	690.064
Total	689.282	777.446

a) Refere-se substancialmente a depósito judicial para COFINS, atualizados até 31 de dezembro de 2020.

b) Refere-se a valores referentes a faturas do Cartão VISA BB a receber e pela prestação de serviços financeiros da cooperativa (Provisão juros de conta corrente)

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas de Seguros	25.634	7.353
Total	25.634	7.353

9. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativas FNCC	12.638	11.639
Total	12.638	11.639

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa anual Depreciação	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	682.031	(292.742)	389.289	417.880
Instalações	10%	76.824	(42.784)	34.040	37.223
Móveis e equipamentos	10%	276.183	(189.161)	87.022	98.759
Sistema de Transporte	10%	64.872	(44.077)	20.795	33.770
Total		1.099.911	(568.765)	531.146	587.632

11. INTANGÍVEL

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa anual Depreciação	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software EXATACOOOP	20%	94.800	15.800	79.000	31.600
Total		94.800	15.800	79.000	31.600

12. DEPÓSITOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à vista (a)	4.891.014	3.780.318
Depósitos sob aviso DAP(b)	813.702	1.138.774
Depósitos a prazo RDC(b)	29.748.563	26.089.493
Total	35.453.279	31.008.585

(a) É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos cooperados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

- Concentração de depósitos à vista

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	98.295	2,0%	190.486	5,0%
10 maiores depositantes	752.214	15,4%	736.517	19,5%
20 maiores depositantes	1.200.906	24,6%	1.104.986	29,2%
40 maiores depositantes	1.772.315	36,2%	1.545.364	40,9%

- Concentração dos depósitos sob aviso

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	256.839	31,6%	218.403	19,2%
10 maiores depositantes	702.491	86,3%	893.335	78,4%
20 maiores depositantes	791.422	97,3%	1.073.545	94,3%
40 maiores depositantes	812.887	99,9%	1.136.650	99,8%

- Concentração dos depósitos a prazo

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.330.185	4,5%	1.184.911	4,5%
10 maiores depositantes	5.890.925	19,8%	5.312.374	20,4%
20 maiores depositantes	8.488.291	28,5%	7.519.931	28,8%
40 maiores depositantes	12.051.067	40,5%	10.715.563	41,1%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos sob aviso	23.890	58.377
Depósitos a prazo	684.266	1.391.992
Despesas com Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	50.440	45.311
Total	758.596	1.495.680

13. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	29.517	166.988
Total	29.517	166.988

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de cooperados, aguardando liquidação via compensação e de Seguros dos cooperados aguardando emissão/pagamento via boletos com vencimento em janeiro de 2021.

14. COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS A ASSEMELHADOS

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS	-	-	1.725	-
Recebimento tributos municipais	-	-	-	-
Total	-	-	1.725	-

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
SOCIAIS E ESTATUTÁRIA				
Provisão Participação Resultado	82.663	-	129.000	-
Fundo de Assistência Educ. e Social (a)	706.088	-	657.033	-
Cotas de capital a pagar (b)	444.712	-	294.781	-
Total	1.233.463	-	1.080.814	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de cooperados desligados.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fiscais e previdenciárias	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher(a)	110.567	-	72.297	-
Total	110.567	-	72.297	-

(a) Refere-se impostos como: INSS, FGTS, PIS, COFINS, IRRF, IRPJ, CSLL e ISSQN.

17. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Modalidade	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pagamento a efetuar (a)	187.094	-	179.182	-
Provisão p/ Passivo de Contingentes (b)	-	39.801	-	58.434
Credores diversos (c)	93.528	-	39.613	-
Total	280.622	39.801	218.794	58.434

- (a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e provisão para pagamento de despesas junto a fornecedores.
- (b) Refere-se substancialmente a depósito judicial para COFINS, atualizados até 31 de dezembro de 2020.
- (c) Em credores diversos estão registradas pendências a regularizar, substancialmente, por valores que aguardam liquidação financeira via compensação no decorrer de 2021.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CREDIVISTA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 102.756,27 com recursos provenientes de novas subscrições de capital.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	15.593.587	14.834.529
Número de Cooperados	3.141	3.081

b) Reserva de reavaliação

O valor da reavaliação do ativo imobilizado é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado, com base em laudo técnico elaborado por três peritos ou entidade especializada.

c) Reserva Legal

É constituída com base no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. É uma reserva indivisível, destinada a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.

d) Outras reservas e fundos

Fundo de Assistência à Saúde: A finalidade desse fundo é atender os cooperados, que por problemas de saúde, contraírem doenças de alta complexidade como: Câncer de qualquer natureza, Aids, Leucemia, ou doenças graves equivalentes.

É constituída com base no percentual de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício.

e) Reservas de Contingentes

Visa assegurar algum evento incerto no futuro como: calamidades naturais, e outras perdas prováveis e estimáveis, evitando um prejuízo que afetaria negativamente a imagem da cooperativa.

f) Sobras (Perdas) Apuradas.

Conforme Estatuto Social, Art.25. Apuradas as sobras e deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, na forma prevista no art. 27, o saldo das sobras líquidas ficará à disposição da Assembleia Geral, que deliberará pelo rateio de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa durante o exercício findo, com posterior incorporação às cotas de capital.

20. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	64.900	77.121
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(55.434)	(52.599)
Resultado do ato não cooperativo	9.466	24.522
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	19.509	36.265
Resultado do ato não cooperativo e não operacional	28.974	60.787
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.094)	(13.163)
Resultado líquido de atos não cooperativos não operacionais	26.881	47.624

21. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes e Cheque Especial	1.247.294	1.149.086
Rendas de Empréstimos	4.988.898	4.797.954
Total	6.236.192	5.947.041

22. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.070.802)	(993.439)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(602.790)	(555.678)
Despesas de Encargos Sociais	(401.685)	(385.922)
Despesa Remuneração de Estagiários	(40.613)	(31.837)
Total	(2.115.889)	(1.966.876)

23. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
(-) Despesas de Água	(3.270)	(2.363)
(-) Despesas de Energia	(17.948)	(26.022)
(-) Despesas de Comunicações	(47.927)	(48.238)
(-) Despesas Manutenção e Conservação de Bens	(1.746)	(1.842)
(-) Despesas Material de Consumo	(40.062)	(29.157)
(-) Despesas de Seguros	(37.438)	(70.317)
(-) Despesas Mensalidade F.N.C.C.	(42.032)	(42.885)
(-) Despesas Serviço de Vigilância e Segurança	(76.775)	(62.174)
(-) Despesas Serviço de Auditoria	(50.991)	(55.018)
(-) Despesas de Viagem no País	(7.220)	(31.889)
(-) Despesas de Combustível	(744)	(1.262)
(-) Outras Despesas Administrativas	(14.072)	(26.105)
(-) Despesas cartorárias	(429)	(1.185)
(-) Despesas de copa e cozinha	(17.748)	(16.894)
(-) Despesas de portes	(453)	(1.343)
(-) Despesas de xerox	(2.578)	(16)
(-) Despesas de Prestação de Serviços	(435.033)	(350.916)
(-) Despesas Bancárias	(1.226.941)	(476.364)
(-) Despesas c/ Homenagens	(7.446)	(7.902)
(-) Despesas Contribuição Cooperativista - OCESP	(36.442)	(36.604)
(-) Despesas Assinatura Jornal-Revista	(665)	(309)
(-) Despesa Uniformes Funcionários	(7.060)	(4.501)
(-) Despesas Serviços Advocatícios e Custas Processuais	(35.899)	(44.108)
(-) Despesas de Depreciações	(84.333)	(68.606)
Total	(2.195.251)	(1.406.020)

24. OUTROS INGRESSOS E RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação Créditos Baixados para Prejuízo	532	40.888
Reversão Operação de Crédito de Liquidação Duvidosa	153.233	255.901
Rendas Juros ao Capital F.N.C.C.	660	697
Total	154.426	297.486

25. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
(-) Participação nos Resultados	(165.879)	(179.915)
(-) Despesas de Contribuição COFINS	(3.376)	(23.502)
(-) Despesas de Contribuição PIS	(549)	(3.819)
Total	(169.804)	(207.236)

26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ganho sobre Depósitos Judiciais	19.509	36.265
(-) Perda de Capital – Imobilizado (a)	-	(4.372)
(-) Processo Trabalhista	(13.670)	-
Total	5.838	31.893

(a) refere-se a baixa de imobilizado ainda em curso de sua depreciação.

27. GERENCIAMENTO DE RISCO

27.1 RISCO OPERACIONAL

A política de risco operacional, estabelece a estrutura de gerenciamento de risco operacional, por meio de diretrizes, papéis e responsabilidades adotados para gestão do risco operacional, nos termos da Resolução N° 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Definição:

Risco Operacional Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela CREDIVISTA, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo CREDIVISTA. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua.

27.2 RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

Define-se risco de liquidez como: A possibilidade de a CREDIVISTA não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A possibilidade de CREDIVISTA não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

27.3 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Conforme Resolução N° 4557 de 23/02/2017 do Banco Central do Brasil, gerenciamento de Risco de Capital é o processo permanente de: “monitoramento e controle de capital mantido pela instituição”; “avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita”; e o “planejamento de metas e de necessidades de capital”, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Definições das Estruturas de Gerenciamento

I - Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;

- II - Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição;
- III - Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e
- IV - Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

27.4 RISCO DE CRÉDITO E SOCIOAMBIENTAL

Nossa visão é ser uma referência em performance sustentável e em satisfação dos associados. Para nós, performance sustentável é gerar valor compartilhado para colaboradores, associados, fornecedores e sociedade, garantido a perenidade dos negócios.

Compartilhamos essa visão com nossos colaboradores, que, ao se identificarem com nossos valores e estratégias, desenvolvem e oferecem soluções adequadas aos perfis dos associados. Buscamos promover a educação financeira, integrar questões socioambientais aos negócios e atividades e adotar transparência em nossas práticas, construindo relacionamentos equilibrados e perenes. Associados satisfeitos e que se relacionam com a Cooperativa ao longo de suas vidas, no desenvolvimento de seus projetos e negócios, geram resultados financeiros para o próprio quadro social.

No entanto, nosso objetivo vai além dos resultados financeiros. Também buscamos gerar valor compartilhado, pelo qual pautamos nossas ações e desejamos ser parceiro no desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Nesse contexto, reconhecemos nossa responsabilidade em exercer um papel transformador, atuando para além das nossas operações e contribuindo para gerar impactos positivos no mercado e na sociedade.

Nesta política expressamos nossos princípios, estratégias e diretrizes para a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na CREDIVISTA.

Objetivo

Esta política tem como objetivos ratificar nosso compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável; formalizar a estratégia de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental da CREDIVISTA; e especificar as diretrizes para aprimoramento de nossa estratégia e práticas de gestão de risco socioambiental.

Princípios

Nossa política de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental observa os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência e é baseada em:

- Respeito e proteção aos direitos humanos por meio da promoção da diversidade, inclusão financeira e do combate ao trabalho infantil e análogo ao escravo, ao proveito criminoso da prostituição e à exploração sexual de menores;
- Postura ética e transparente, adotando práticas justas de operação e disponibilizando informações tempestivas, acessíveis e adequadas às especificidades das Partes Interessadas;
- Gerenciamento do risco socioambiental identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que estamos expostos;
- Desenvolvimento contínuo do relacionamento com suas Partes interessadas;

- Uso racional dos recursos naturais.

27.5 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

O Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios inclui estruturas organizacionais, políticas, atividades de planejamento, responsabilidades, procedimentos, processos e recursos.

O Plano de Continuidade de Negócios fornece estratégias para garantir que serviços essenciais sejam identificados, para garantir sua preservação após a ocorrência de um desastre e até o retorno da situação normal de funcionamento da instituição. Também provê quais planos de ação devem ser realizados em cada momento.

Este plano de continuidade será de nível mais macro, dividido em 4 (quatro) planos menores (Plano de Administração de Crises, Plano de Contingência, Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional), os quais proverão basicamente: objetivo, escopo, papéis, responsabilidades e autoridades, condições de ativação do plano, procedimentos que devem ser adotados, comunicação em caso de ocorrência de desastres e encerramento do plano.

Para cada um dos planos menores deverá ser feito Planos de Ações, e estes deverão ser elaborados assim que dar-se os ocorridos, com base na sua temporalidade e impacto. Estes devem formar um banco de ações, para que para cada acontecimento seja possível verificar o que foi feito em outros momentos similares.

Objetivo:

O Plano de Continuidade de Negócio deverá estabelecer cenários de situações inesperadas ou incidentes (quer sejam operacionais, desastres ou crises), além de formas de gerenciar os impactos imediatos de um incidente de interrupção, dando a devida atenção para:

1. Bem-estar dos públicos internos e externos;
2. Alternativas estratégicas, táticas e operacionais para responder à interrupção;
3. Prevenção de novas perdas ou indisponibilidade de atividades prioritárias;
4. Detalhes sobre como e em que circunstâncias a CREDIVISTA irá se comunicar com as partes interessadas e seus familiares ou contatos de emergência.

O Plano de Continuidade de Negócio fornece normas e padrões para que a CREDIVISTA consiga recuperar, retomar e dar continuidade aos seus processos de negócios mais cruciais, evitando que eles sofram danos maiores. Ao passo que pequenas organizações podem incluir seus planos em apenas um documento, o Plano de Continuidade de Negócio da Tecnologia da Informação e Comunicação da CREDIVISTA é dividido em quatro (4) planos menores:

1. Plano de Administração de Crises: Define funções e responsabilidades das equipes envolvidas com o acionamento das ações de contingência, antes durante e após a ocorrência;
2. Plano de Contingência: Define as necessidades e ações mais imediatas. Deve ser utilizado somente quando todas as prevenções tiverem falhado;
3. Plano de Recuperação de Desastres: Determina o planejamento para que, uma vez controlada a contingência e passada a crise, sejam retomados os níveis originais de operação;
4. Plano de Continuidade Operacional: Seu objetivo é restabelecer o funcionamento dos principais ativos que suportam as operações da instituição, reduzindo o tempo de queda e os impactos provocados por um eventual incidente.

28. SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Diretoria Executiva e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

29. ÍNDICE DE BASILÉIA

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência simplificado (PR _{SS})	21.612.115,99	20.664.415,73
RWA _{SS}	53.017.209,46	46.720.905,06
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA (17% do RWA _{SS})	7.952.581,42	7.942.553,86
Margem do Patrimônio de referência mínimo requerido	13.659.534,57	12.721.861,87
Índice de Basiléia	40,76%	44,23%

30. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais em Garantia – FISCAIS(a)	39.801	58.434
Totais	39,801	58,434

Refere-se substancialmente a provisão